



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

**LICITAÇÃO COM COTA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE OU EQUIPARADAS**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Empresa: _____

Pessoa para contato: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Cel: _____

Recebemos, através do acesso ao E-mail: licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br ou acessando o site <https://riachodosmachados.mg.gov.br/> ou impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Senhor Licitante, visando comunicação futura entre o Setor de Licitações deste Município e essa Empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do e-mail licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br. A não remessa do recibo exime o Setor de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.
Pregoeira da Prefeitura de Riacho dos Machados.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

LICITAÇÃO COM COTA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

DATA: dia 05.02.2026

HORÁRIO: 08h30min (oito horas e trinta minutos).

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:

DATA: dia 05.02.2026

HORÁRIO: 08h30min (oito horas e trinta minutos).

Não havendo expediente nas datas supracitadas, o credenciamento e a abertura da sessão ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários, salvo se naquela data já houver agendamento de outra licitação, caso em que a Administração publicará a informação quanto à nova data.

LOCAL DA SESSÃO: Sala de Licitações do Município de Riacho dos Machados/MG.

CONSULTAS AO EDITAL, AVISOS E ESCLARECIMENTOS: no e-mail licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br, site: <https://riachodosmachados.mg.gov.br/>, ou pessoalmente com a Pregoeira ou sua Equipe de Apoio no endereço da Equipe de Licitações.

ENDEREÇO DA SALA DE LICITAÇÕES: Rua Chico Durães, nº 310, Riacho Novo, Riacho dos Machados/MG, CEP: 39.529-000, para onde poderão ser encaminhados envelopes com Proposta Comercial e Documentação de Habilitação até a data da sessão.

VEÍCULOS DE PUBLICAÇÕES: Quadro de Avisos Oficiais da Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados MG, Diário Oficial dos Municípios Mineiros, DOU(Diário Oficial da União), e site: <https://riachodosmachados.mg.gov.br/>



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

PREÂMBULO

O Município de Riacho dos Machados, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.925.208/0001-51, com sede administrativa na Rua Chico Durães, nº 310 – Riacho Novo, Riacho dos Machados, MG, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 009/2026**, na modalidade **Pregão Presencial nº 002/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**; regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto Municipal, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão será realizado em sessão pública, presencial, na Sala da Equipe de Licitações da Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados/MG, situada à Rua Chico Durães, nº 310, Centro, Riacho dos Machados/MG, CEP: 39.529-000.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira do Município de Riacho dos Machados/MG, a Sra. Erica Cristina da Silva; com o auxílio da Equipe de Apoio, designados através da Portaria Municipal nº 120/2025 de 10 de julho de 2025.

II – OBJETO

2.1 – O presente processo Licitatório tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.2 A Prefeitura Municipal não se obriga a adquirir o total de produtos solicitados, mas somente aqueles que forem efetivamente necessários, segundo requisição emitida pela Secretaria competente.

2.3 – Em caso de divergência entre as especificações dos objetos descritas no site eletrônico a ser acessado no www.riachodosmachados.mg.gov.br e as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

2.4 – A qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá



ser firmado contrato com o saldo remanescente, pelo tempo que a Administração julgar necessário.

2.4. O item 11, 13, 16, 19, 21, 23, 25, 37, 39, 41, 43, 45, 109, 137, 139, 141, 143, 154, 156, 203, 205 e 207 é destinado exclusivamente para participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

III – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3.2 Órgão Gerenciador

3.2.1 - O órgão gerenciador deste registro de preços será a Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados, através do gestor da ata de registro de preços.

3.3 – Órgãos Participantes

3.3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por todos os órgãos da administração deste município.

3.4 – Órgãos Não Participantes

3.4.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgãos e entidades, que não participaram do procedimento público de intenção de registro de preços, conforme disposto no art. 86, §§ 2º e 3º da Lei 14.133/21, mediante prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes.

3.4.2 - Outros entes da Administração Pública e entidades privadas poderão igualmente utilizar-se da ARP, como órgão ou entidade não participante, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas no item 3.4.1.

3.4.3 - A adesão deverá ser devidamente justificada no processo administrativo do órgão ou entidade não participante, apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público e demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/2021.

3.4.4 - As adesões à ata de registro de preços, por órgãos ou entidades não



participantes, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.4.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4.6 - As comunicações, informações e os termos de adesão realizados entre o órgão gerenciador e os órgãos participantes e não participantes serão formalizados nos autos do procedimento licitatório.

3.5. - As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para o registro de preços, observada como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.

3.6. - Para o remanejamento de quantidades entre órgãos participantes do procedimento licitatório não será necessária autorização do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

3.7. - O órgão gerenciador somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informada pelo órgão participante, com a sua anuência.

IV – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 - Cópia deste Edital será disponibilizada pelo e-mail: licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br, no site: <https://riachodosmachados.mg.gov.br/> ou pessoalmente com a Pregoeira ou sua Equipe de Apoio no endereço da Equipe de Licitações, na Rua Chico Durães, nº 310, Centro, Riacho dos Machados/MG, CEP: 39.529-000, no horário de 8 às 11 horas e de 13 às 16 horas.

4.2. - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

4.3. - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelos seguintes meios: pelo e-mail: licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br ou pessoalmente na Sala de Licitações, no endereço acima citado.

4.4. - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos



previstos no certame.

4.4.1. - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

4.5 - A petição deverá ser assinada pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

4.6 - O Município de Riacho dos Machados/MG, não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pela Pregoeira, e que, por isso, sejam intempestivas.

4.7 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas ou ao preparo da documentação de habilitação.

4.8 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial: <https://riachodosmachados.mg.gov.br/> no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.9 - Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data da realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.10 - As denúncias, petições e impugnações não identificadas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.

V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao e que preencherem as condições constantes deste Edital.

5.1.1 - É condição, ainda, para participação na presente licitação a entrega no local, data e horário indicados na folha de rosto deste Edital, dos seguintes documentos (separados):

a) Credenciamento, com a respectiva documentação comprobatória (ver Capítulo VI);

b) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação/inexistência de vínculo – Anexo IV (ver item 6.5.2);

c) Declaração de enquadramento da Empresa como ME, EPP, se for o caso, conforme anexo V (ver item 6.5.3);



- d) ENVELOPE nº 01 – Proposta Comercial (ver Capítulo VIII);
- e) ENVELOPE nº 02 – Documentos para Habilitação (ver Capítulo IX).

5.1.2 - Vinte e cinco por cento (25%) de cada item que ultrapassar o valor estimado de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), em atendimento ao disposto nos artigos 47 c/c 48, III da Lei Complementar nº. 123/2006, será destinado à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

5.1.3. - Em atendimento ao disposto no artigo 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens que não ultrapassarem o valor estimado de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) terão participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

5.1.3.1. - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.1.4. - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.1.5 - Participarão da sessão do Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços os representantes dos licitantes efetivamente credenciados.

5.1.6 - É PERMITIDO O ENVIO DOS ENVELOPES COM PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO VIA POSTAL.

5.1.6.1. Os licitantes que enviarem os envelopes “Proposta” e “Documentação de Habilitação”, sem representante credenciado, deverá encaminhar, em envelope separado, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, e enquadramento como ME/EPP, se for o caso, conforme modelos do Anexo IV e Anexo V do Edital.

5.2 não poderão participar da presente licitação a pessoa jurídica:

5.2.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.2.3 empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja



dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.2.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.2.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

5.2.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.2.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.2.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.12 O impedimento de que trata o item 5.2.3 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.13 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.2.1 e 5.2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.2.14 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.2.15 O disposto nos itens 5.2.1 e 5.2.2 não impede a licitação ou a contratação



de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.17. A vedação de que trata o item 5.2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

VI – CREDENCIAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designados no Edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto a Pregoeira.

6.2 - As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente Estatuto ou Contrato Social atualizado ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.

6.3 - A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, juntamente com documento de identidade do credenciado ou procurador e, documento que comprove a representação legal do outorgante.

6.3.1. - Os documentos poderão ser apresentados por cópia autenticada ou por cópia simples acompanhada do respectivo original para autenticação pela Pregoeira ou Equipe de Apoio.

6.4 - O credenciamento do representante do licitante junto a Pregoeira implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

6.5 - No momento do credenciamento, **o representante do licitante deve apresentar, FORA DE ENVELOPE:**

6.5.1. Quanto aos representantes:

6.5.1.1 - Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta



Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.5.1.2 - Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa conforme subitem “6.5.1.1” acima.

6.5.2 - Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

6.5.2.1 - Declaração inexistência de vínculo, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital;

6.5.3 - Para comprovar a condição de microempresas e empresas de pequeno porte:

6.5.3.1 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital (SE FOR O CASO);

6.5.3.2 - Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2007, § 8º) e/ou Certidão do Cartório de Títulos de Pessoa Jurídicas expedida no exercício corrente deste processo licitatório. Ressalta-se que será vistoriado o prazo de validade e o selo de autenticidade, ou documento emitido pela internet (www.receita.fazenda.gov.br) de Optante pelo Simples.

6.5.3.3 - Caso a empresa não seja Optante pelo Regime de Tributação do Simples Nacional e não possua a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, poderá apresentar a Escrituração Contábil Fiscal – ECF ou Escrituração Contábil Digital – ECD, de modo a comprovar o seu faturamento anual.

6.5.3.4. - Em caso de enquadramento enquanto ME ou EPP, é dever da empresa provar o seu enquadramento como ME ou EPP, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. **CASO FIRMAR DECLARAÇÃO FALSA, O MESMO ESTÁ SUJEITO AS SANÇÕES DA LEI E DESTE EDITAL.**



OBSERVAÇÃO¹ : Caso a empresa não apresente os documentos exigidos nos itens 6.5.3.2 e 6.5.3.3, a Pregoeira poderá realizar diligência para comprovar o enquadramento, mas diante da não comprovação de seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte a empresa perderá os direitos concedidos na Lei 123/2006, não podendo concorrer nos itens destinados a participação exclusiva de ME, EPP ou equiparadas.

6.6 - Os licitantes que enviarem os envelopes de documentação e proposta via postal, ou que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

6.7 - Será admitido apenas **01 (um) representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante.

6.8 - Caso seja identificada a ausência das Declarações especificadas nos itens 6.5.2.1 e 6.5.3.1, será permitido seu preenchimento e assinatura pelo representante da licitante, antes da entrega dos envelopes.

6.8.1 - A hipótese do item 6.8 não gera dever a Pregoeira de aguardar o licitante em proceder com tal regularização.

6.9 - Encerrada a fase de credenciamento pela Pregoeira, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

VII – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. - A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

7.1.1 - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

¹ **NOTA EXPLICATIVA:** A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial, que toma como base as declarações prestadas pelos sócios à Junta Comercial de que a ME ou a EPP enquadram-se nos requisitos constantes na Lei Complementar n. 123/06. O Tribunal de Contas da União possui o entendimento de que “o enquadramento, o reenquadramento e o desenquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte são efetuados com base em declaração do próprio empresário, perante a Junta Comercial competente”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS MACHADOS/MG

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2026

RAZÃO SOCIAL: _____

ENVELOPE Nº. 1 (PROPOSTA DE PREÇO)

7.1.2 - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS MACHADOS/ MG

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2026

RAZÃO SOCIAL: _____

ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

VIII – PROPOSTA

8.1 - A proposta comercial deverá ser apresentada conforme **Modelo de Proposta Comercial - Anexo III** ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da proponente, número do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado.

8.2 - Descontos em cada lote, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação;

8.3 – As propostas devem ser redigidas sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo;

8.4 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação;

8.4.1. Caso esse prazo de validade não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento;

8.5. Prazo de fornecimento, conforme detalhado no Termo de Referência, Anexo I;

8.5.1. Caso o prazo do fornecimento não seja inserido na Proposta Comercial, as condições de entrega e seus prazos serão considerados aceitos exatamente como dispostos no Termo de Referência, Anexo I, para efeito de julgamento.



8.6 - **Declaração expressa** de que os produtos ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Termo de Referência, Anexo I

8.7 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato de entrega de sua Proposta Comercial, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na sua elaboração como justificativas para requerimento de quaisquer acréscimos, reembolsos, desistência ou indenizações de qualquer natureza.

8.8 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

8.9 - Para os licitantes que ofertarem lances, será considerada como proposta final o valor do último lance ofertado; e para aqueles que não participarem da fase de lance, prevalecerão os valores constantes da Proposta Comercial escrita.

8.10 - Em todo caso, conforme dispõe a Lei Federal 14.133/2021, a Pregoeira pode negociar com o licitante de melhor proposta, com vistas a obter desconto ainda maior, sendo este considerado seu preço final compromissado.

8.11 - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital para cada item.

8.12 - O encaminhado da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e concordância com o obrigatório atendimento de todas as exigências previstas neste Edital.

8.13 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.13.1. - conter vícios insanáveis;

8.13.2. - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.13.3. - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.13.4. - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.13.5. - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.17. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.17.1. - A inexequibilidade, só será considerada após diligência da pregoeira,



que comprove:

8.17.1.1. - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.17.1.2. - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.18. - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.19 - Poderão ser cotados números até 02 (duas) casas após a vírgula.

IX – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9. - Para a habilitação no certame, o licitante deverá apresentar a Documentação Completa, contendo os seguintes documentos:

9.1. - **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

9.1.1 - Registro Comercial, em caso de firma individual;

9.1.2 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (acompanhado de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação), em se tratando de sociedades comerciais, devidamente registrado e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando se tratar de sociedades por ações; dele deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades compatíveis com o objeto deste Pregão;

9.1.3 - Inscrição do ato Constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

9.1.4. - O Microempreendedor Individual (MEI) deverá comprovar sua condição mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

OBSERVAÇÃO: Não haverá necessidade da apresentação da documentação acima no envelope 02 HABILITAÇÃO, caso tenha sido apresentada no início do certame (credenciamento).

9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA PESSOA JURÍDICA

9.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

9.2.2 - Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal, Federal, Estadual



do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, **mediante a apresentação das seguintes certidões:**

9.2.3 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

9.2.4 - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos Negativos de Débitos Tributários – CDT, Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda (UF da Sede do Contribuinte);

9.2.5 - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos Negativos de Débitos Tributários Municipais, expedida pela Fazenda Municipal da Sede do licitante;

9.2.6 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

9.2.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

9.2.8 - As licitantes Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou aquelas a essas equiparadas na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.2.9 - Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação da empresa interessada, prorrogáveis por igual período, a critério deste Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.2.10 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “9.2.9” implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 43, § 2º da LC nº 123/2006.

9.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E TÉCNICA:

9.3.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante com data de emissão de até 90 (noventa) dias antes da abertura



da sessão.

9.3.2 Para habilitação técnica, os licitantes DEVERÃO apresentar:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica: Pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove que a licitante já forneceu ou está fornecendo os serviços, de maneira satisfatória e a contento com o objeto similar ao objeto constante no Termo de Referência desta licitação;

a1) O (s) atestado e/ou certidão(ões) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, identificação do objeto do contrato, descrevendo o tipo ou natureza do serviço, serviços executados.

a2) O Atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Pregoeira.

9.4- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.4.1 - **ANEXO VI** - Declaração de Pleno Atendimento;

9.4.2 - **ANEXO VIII** – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para Contratar com a Administração Pública;

9.4.3 - **ANEXO IX** – Indicação de responsável pela assinatura do contrato/ata de registro de preços.

9.4.4 Alvará de Localização e Funcionamento fornecido pelo Município em que se localizar a matriz ou filial da empresa participante da licitação;

9.4.4.1 Este documento deverá ser encaminhado ao Setor de Licitações do Município de Riacho dos Machados/MG através do e-mail licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br até o momento de assinatura da Ata de Registro de Preços, não sendo motivo de inabilitação a não apresentação, mas sendo condição indispensável para assinatura da Ata de Registro de Preços;

9.4.5 - Comprovação de idoneidade das licitantes através da apresentação dos seguintes documentos:

9.4.5.1 **Certidão negativa de licitante inidôneo** (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6419479239433::NO:3,4,6::>), referente à pessoa jurídica/licitante, com data de consulta não superior a 30 (trinta) dias contados do dia de recebimento das propostas.

9.4.5.2 **Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça** (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), referente à pessoa jurídica/licitante, com data não superior a 30 (trinta) dias contados do dia de recebimento das propostas.

9.4.6 - A declaração do item “9.4.3” tem apenas caráter informativo, não



vinculando as partes, bem como sua ausência não gera a inabilitação do licitante.

9.4.7 - Caso seja identificada a ausência das certidões especificadas no item 9.4.5 “a” e “b”, a Pregoeira poderá consultar e emitir junto aos links informados acima.

9.5 - Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pela Pregoeira ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

9.6 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

9.7 - Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

9.8 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.9 - Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos;

9.10 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, esse fato acarretará a inabilitação do licitante;

9.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11.3. atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública. A informação nele contida deve ser preexistente, ou seja, o documento deve atestar um fato passado².

9.12 - A Pregoeira ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

² Conforme disposto no Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário, e no Acórdão TCU nº 2.443/2021 – Plenário: “A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência”.



9.13 Excepcionalmente, na apresentação de documentos com falha formal ou material sanável, a Pregoeira e Equipe de Apoio poderão consultar os sites dos órgãos emissores para proceder a sua emissão, juntando-os aos autos³.

9.14 - O Município não se responsabilizará por eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, nem mesmo nas hipóteses de ausência de sinal de internet, não funcionamento de equipamentos proprietários, falta de energia elétrica ou outras similares, hipóteses em que, em face do não saneamento das falhas e/ou omissões existentes, o licitante será inabilitado.

9.15 - O documento relacionado neste item referir-se-á sempre ao domicílio da empresa.

X – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

XI – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

11.1 - Encerrada a fase de credenciamento, a Pregoeira declarará aberta a sessão de pregão, oportunidade em que não aceitará novos licitantes.

11.2 - Aberta a sessão, os licitantes credenciados entregarão os envelopes nº 1 e nº 2, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação, conforme dispostos nas Cláusulas VII, VIII e IX;

11.2.1 - Os licitantes que enviarem os envelopes “Proposta” e “Documentação de Habilitação”, sem representante credenciado, deverá encaminhar, em envelope separado, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, e enquadramento como ME/EPP, se for o caso, conforme modelo do Anexo IV e Anexo V do Edital.

11.3. - A Pregoeira, após a abertura das Propostas Comerciais, procederá à

³ O Acórdão nº 2443/21, julgado em 06/10/21, pelo Plenário do TCU reforçou o entendimento jurídico consubstanciado no Acórdão 1211/21, cujo teor consolidou diretrizes para o tema das diligências em sede de licitações públicas, de forma que decidiu que: “Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)”. Vale dizer que, para a Corte de Contas a vedação à inclusão de documento “que deveria constar originariamente da proposta”, deve se restringir ao que o licitante não dispunha até o momento da abertura da licitação. Ainda que, pequenas falhas formais e materiais no conteúdo da documentação devem ser avaliadas pela autoridade que conduz o certame, e, se for o caso, sanadas em prol da competitividade do certame e do interesse público.



verificação de sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sendo desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo, colherá o visto dos presentes credenciados, e divulgará os preços ofertados pelos licitantes;

11.4 - A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

11.4.1 - Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

11.4.2 - Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes;

11.4.3 - Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital;

11.4.4 - Que apresentem preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

11.4.5 - Na hipótese de ser necessária a realização de diligências para comprovação da exequibilidade dos preços, a sessão poderá ser suspensa, sendo agendada nova data e horário para sua continuidade.

11.4.6 - Se ocorrer a desclassificação de todas as propostas, a Pregoeira dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

11.5 - As propostas serão ordenadas em ordem decrescente.

11.6 - Na sequência, a Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas classificadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

11.6.1 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores ao último lance por ele ofertado, observada as reduções mínimas, caso assim seja determinado pela Pregoeira.

11.6.2 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais daquele item específico, e na manutenção do seu último preço, para efeito de posterior ordenação das propostas;

11.6.3 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço, e o valor estimado da contratação.

11.6.4 - Se houver apenas uma proposta, desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor de mercado, esta poderá ser aceita.

11.6.5 - A etapa de lances do primeiro item será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

11.7 - Concluída a apuração do primeiro item, serão repetidos os procedimentos



previstos nos itens acima, desta Cláusula, até que se esgotem todos os itens da licitação, encerrando-se, assim, por completo a fase de lances.

11.8 - Após essa fase, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI e houver proposta apresentada por ME, EPP ou MEI até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no artigo 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.9 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.9.1 - A ME, a EPP ou o MEI mais bem classificada será convocada, após o encerramento dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

11.9.2 - Não sendo vencedora a ME, EPP ou MEI mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou MEI remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no item 11.8 deste título, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.9.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados por ME, EPP ou MEI, que se encontrem no limite estabelecido no item 11.8 deste título, será obedecido a classificação feita pelo sistema de gerenciamento do Pregão para que se identifique àquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.10 – O DISPOSTO NOS ITENS 11.8 E 11.9 DESTE TÍTULO NÃO SE APLICAM AOS ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E MEI.

11.11 – CASO NÃO HAJA VENCEDOR PARA A COTA RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME, EPP E MEI, ESTA SERÁ OFERTADA PARA O VENCEDOR DA COTA PRINCIPAL, QUE OFERECEU O MENOR PREÇO NEGOCIADO. A DISPOSIÇÃO ANTERIOR APLICAR-SEÁ TAMBÉM NA COTA PRINCIPAL. EM NÃO HAVENDO VENCEDOR NA COTA DESTINADA À AMPLA CONCORRÊNCIA, ESTA SERÁ OFERTADA AO VENCEDOR DA COTA RESERVADA, NO MENOR PREÇO NEGOCIADO.

11.12 – CASO O MESMO LICITANTE VENÇA A COTA PRINCIPAL E A COTA RESERVADA A CONTRATAÇÃO SERÁ FEITA PELO MENOR VALOR UNITÁRIO OBTIDO ENTRE AS DUAS COTAS.

11.13 – SOMENTE SERÁ ADJUDICADO VALORES UNITÁRIOS QUE TIVEREM UMA DIFERENÇA MÁXIMA DE 10% ENTRE O VALOR UNITÁRIO DA COTA RESERVADA E DA COTA PRINCIPAL. CASO A DIFERENÇA SEJA MAIOR QUE 10% O LICITANTE VENCEDOR PODERÁ REDUZIR O VALOR UNITÁRIO PARA QUE SE ADEQUE À DIFERENÇA ACEITÁVEL.

11.14 – CASO A COTA RESERVADA E A COTA PRINCIPAL FOREM ARREMATADAS POR LICITANTES DIFERENTES E O VALOR UNITÁRIO



CORRESPONDENTE SEJA O MESMO PARA AS DUAS COTAS, A AQUISIÇÃO SERÁ FEITA PRIMEIRAMENTE DA COTA RESERVADA E APÓS O TÉRMINO DO SALDO A AQUISIÇÃO SERÁ FEITA DA COTA PRINCIPAL.

11.15 - Após a fase de lances serão **classificadas** na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 11.5 e respectivos subitens, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

11.16 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

11.17 - A Pregoeira poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

11.18 - Após a negociação, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

11.19 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério da Pregoeira, será verificada o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

11.20 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

11.20.1 - A verificação será certificada pela Pregoeira, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.20.2 - O Município não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

11.21 - Constatado o atendimento pleno aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor.

11.22 - Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

11.23 - Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira e Equipe de apoio e licitantes presentes.

11.24 - A Pregoeira, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.



XII RECURSOS E CONTRARRAZÕES

12.1 - Após a declaração do vencedor, durante a Sessão do Pregão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Equipe de Licitações.

12.2 - Se as razões do recurso forem apresentadas na Sessão do Pregão, estas serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.4 - O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

12.4.1 - Ser dirigido ao Prefeito Municipal, aos cuidados da Pregoeira, conforme estabelecido no item 1 deste Título;

12.4.2 - Ser encaminhado para o endereço eletrônico licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br preferencialmente com assinatura digital, ou ser protocolizado na sala da Equipe de Licitações, localizada na Rua Chico Durães, nº 310, Riacho Novo, Riacho dos Machados, MG, CEP 39.529-000, em uma via original, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

12.5 - A Pregoeira não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

12.6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - O recurso será apreciado pela Pregoeira, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento.

12.8 - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no Quadro de Avisos Oficiais da Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados, MG, na sua Sede no endereço na Rua Chico Durães, nº 310, Riacho Novo, Riacho dos Machados, MG, CEP 39.529-000, podendo ainda ser



comunicada via e- mail nos endereços fornecidos pelos licitantes.

12.9 - O recurso contra decisão da Contratação terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10 - A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

12.11 - Recursos contra decisão de anulação ou revogação do certame devem ser dirigidos ao Prefeito Municipal, e protocolados na Sede da Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados/MG, no endereço na Rua Chico Durães, nº 310, Riacho Novo, Riacho dos Machados, MG, CEP 39.529-000, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observando-se os requisitos indicados no subitem “12.4.2” acima.

XIII – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

14.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços (ARP), no prazo de 03 (três) dias úteis e nas condições estabelecidas no presente edital, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.2 - Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

14.3- É facultado à Prefeitura, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.4 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.5 - A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.



14.6 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, posteriormente, na medida da necessidade, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de fornecimento, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133 de 2021.

14.7 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

14.8 - A ARP terá validade de 12 (doze) meses a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

14.9 - Os contratos ou instrumentos congêneres poderão ser firmados até o último dia de vigência da Ata de Registro de Preços, independentemente do prazo de execução, podendo ainda aqueles ser aditados e prorrogados na forma da Lei Federal 14.133 de 2021.

14.10 - A ARP será lavrada em 02 (duas) vias devendo uma delas ser juntada ao processo que lhe deu origem e a outra levada ao Sistema de Controle de Registro de Preços.

14.11 - A ARP poderá ser utilizada por todos os órgãos da Administração direta do Município.

14.12 - O fornecedor garantirá o fornecimento exatamente conforme licitado, inclusive, **deverá entregar produtos com qualidade igual, superior ou similar às marcas apresentadas em sua proposta**, durante todo o período de vigência da ATA.

14.13 Excepcionalmente, o fornecedor poderá solicitar a substituição de marca em razão da descontinuidade da fabricação ou por outro motivo de força maior relevante, em petição escrita e fundamentada, sendo a decisão de aceitabilidade a critério exclusivo da Administração, desde que seja ofertada marca de qualidade e utilidade igual ou superior, sem custos adicionais.

14.14 - A Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados/MG reserva-se o direito de não receber produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o registro de preços ou rescindir o respectivo contrato.

XV – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1. - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2. - dos licitantes que mantiverem seu último lance ou sua proposta original, para o caso de convocação após a validade das propostas.



15.2. - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, conforme mapa de apuração anexados.

15.2.1. - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.2.2. - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.3. - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1. - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.3.2. - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

15.4. - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.4.1. - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.4.2. - ou adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

XVI – DA REVISÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

16.1.1 - Quando o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

16.1.2 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

16.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original da fase de lances



do Pregão, bem como o cadastro de reserva expressamente previsto na ARP;

16.3 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

16.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

16.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada o cadastro de reservas;

16.4 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

16.5.1. - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

16.5.2. - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

16.5.3. - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

16.5.4. - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.6 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 16.5.1, 16.5.2 e 16.5.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.7 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações.

XVII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. Os itens serão recebidos da seguinte forma:

a) provisoriamente, de posse da respectiva proposta, para efeito de verificação da conformidade do fornecimento com a especificação, quantidade, qualidade, preços e outros dados pertinentes constantes neste Termo, no ato da entrega.

b) definitivamente, após recebimento provisório, será realizada a conferência dos bens e, estando de acordo com a Ordem de Compras será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura no documento auxiliar da NF-e (Danfe)



ou nas vias da Nota Fiscal.

17.2. O recebimento definitivo não eximirá a Contratada de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a Secretaria solicitante venha a fazer, baseada na incorreta entrega dos bens. 17.3. Na hipótese de o fornecimento apresentar irregularidade não sanável, será reduzido, a termo, o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos necessários.

17.3 Os itens da presente licitação serão entregues em até **10 (dez) dias corridos**, no(s) local(is) e endereço(s) indicado(s) pela solicitante em conformidade com a emissão da Ordem de Fornecimento.

17.4 Por ocasião do fornecimento, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável por acompanhar a entrega dos produtos;

17.5 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua regularização ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.6 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria solicitante.

XVIII - DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1 - Os pagamentos serão feitos pela Secretaria de finanças do Município, em até 10 (dez) dias, após a liquidação, mediante apresentação de Nota Fiscal, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

18.2 – Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, sem rasura, o nome da Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados, CNPJ nº 16.925.208/0001-51, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

18.3 - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela Contratada, diretamente ao representante da Secretaria Municipal de Administração, que somente atestará a entrega do objeto e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

18.4 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** pelo representante da **CONTRATANTE** e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.



18.5 - Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

XIX– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas serão suportadas por dotações do orçamento municipal vigente, porém por se tratar de sistema de registro de preços, não se faz necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

XX – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo IV – Declaração de Inexistência de Vínculo;

Anexo V – Declaração de Condição de ME ou EPP;

Anexo VI – Declaração de Pleno Atendimento;

Anexo VII – Modelo de Carta de Credenciamento de Representante;

Anexo VIII – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

Anexo IX - Indicação de responsável pela assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços;

Anexo X - Minuta de Contrato Administrativo.

20.2 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3 - O resultado do presente certame será divulgado no quadro de avisos oficial do Município, e comunicado aos licitantes através e-mail.

20.3.1 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Quadro de Avisos Oficiais.

20.4. - Após a publicação do extrato do contrato/ATA, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes não classificadas para essa fase, ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.

20.5 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação; sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do



licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

20.6 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

20.7 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

20.8 - Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

20.9 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 64, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

20.9.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio.

20.9.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou inabilitação do licitante.

20.10 - A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

20.11 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fatos supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado nos meios oficiais para conhecimento dos licitantes.

20.12 - Para atender a seus interesses, o Município poderá alterar quantitativos do contrato, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14133/21 e desde que não implique em alteração do contrato.

20.13 - O Município poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

20.14 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

20.15 - Fica eleito o foro da Comarca de Porteirinha, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



Riacho dos Machados-MG, 19 de janeiro de 2026.

Lailany Khamylla Batista Gomes

Secretaria de Administração



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 002/2026

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O objeto desta contratação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme especificação abaixo:

Item	Descrição	UND	Qtde
0001	ACOMPANHAMENTO DE VISITA DOMICILIAR POR MICRO AREA 100X1 FORMATO F9:	bloco	1.000
0002	ADESIVO ENVELOPAMENTO BRANCO LEITOSO PARA PORTAS E JANELAS DE VIDRO (APLICAÇÃO INCLUSA):	metro quadrado	200
0003	ADESIVO 30X40 CM 4X0 (PLOTAGEM INCLUSA):	unidade	500
0004	ADESIVO EM VINIL 03X03 CM COLORIDO:	unidade	400
0005	ADESIVO EM VINIL 10,5X10,5 CM COLORIDO:	unidade	500
0006	ADESIVO EM VINIL 10X04 CM COLORIDO:	unidade	500
0007	ADESIVO PARA BUSDOOR, IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL ADESIVO PARA USO EM ÁREA EXTERNA (INSTALADO):	metro quadrado	200
0008	ADESIVO VINIL PARA VIDRO - COLORIDO - TAMANHO 17 CM X 17 CM::	unidade	200
0009	ADESIVOS PARA PLOTAGEM COM LOGO PARA VEICULOS GRANDE PORTE RECORTE PADRÃO OU RECORTE DIGITAL(INSTALADO):	metro quadrado	100
0010	ATESTADO MÉDICO 15X20 OFF 70G 100X1:	bloco	8.000
0011	ATESTADO OCUPACIONAL C/ CARBONO 3 VIAS TAM. 22CMX16CM COM 100 FOLHAS:	bloco	5.000
0012	ATESTADO ODONTOLÓGICO 15X20 OFF 70G 100X1:	bloco	5.000

**PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS**

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0013	BANNER 300X200 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO EM ILHÓS:	unidade	500
0014	BANNER 120X80 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	500
0015	BANNER 130X250 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	500
0016	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	metro quadrado	500
0017	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - ACABAMENTO EM ILHÓS OU BASTÃO E CORDINHA::	metro quadrado	500
0018	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - TAMANHO 4,50X2,20 M - ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	500
0019	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO ACABAMENTO EM BASTÃO OU ILHÓS::	metro quadrado	100
0020	BLOCO DE ANOTAÇÕES CAPA COLORIDA 15X21 10X1:	bloco	500
0021	BLOCO F32 15X11 2 VIAS CARBONADO 50X2:	bloco	500
0022	FORMULÁRIO DO CREAS 21X31 100X1 F9:	bloco	500
0023	BLOCOS PARA LABORATÓRIO DE PROTESE 10X14 100X1 (ESCRITA VERDE) - FORMATO F32:	bloco	100
0024	BOLETIM DE PESQUISA LARVÁRIA 21X31 CM OFF 75G 100X1 FORMATO F9:	bloco	100
0025	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL (INDIVIDUALIZADO) 21X31 100X1 (ESCRITA VERDE) - FORMATO F9:	bloco	50
0026	BOLETIM DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO 21X31 OFF70G:	bloco	50
0027	BOLETIM DIÁRIO TRATAMENTO ANTI VETORIAL 21X31 CM OFF 75G 100X1 FORMATO F9:	bloco	50
0028	BOTONS - ADESIVOS EM PAPEL COM CORTE REDONDO TAMANHO 5X5 COLORIDO FRENTE:	unidade	10.000
0029	CADASTRO DO PACIENTE -- IDENTIFICAÇÃO FISIOTERAPIA 21X31 100X1 - FORMATO F9:	bloco	5.000
0030	CADASTRO SOCIAL 21X31 100X1 FORMATO F9:	bloco	5.000

**PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS**

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0031	CADERNETA DA CRIANÇA MENINA 120gr CONTENDO 60 PÁGINAS:	unidade	5.000
0032	CADERNETA DA CRIANÇA MENINO 120gr CONTENDO 60 PÁGINAS:	unidade	5.000
0033	CADERNETA DA GESTANTE 120 GRAMAS 60PÁGINAS, SENDO DUAS PAGINAS TAMANHOS 21X52:	unidade	5.000
0034	CARIMBO AUTOMÁTICO PRETO 301 (10X27MM) PERSONALIZADO::	unidade	50
0035	CARIMBO AUTOMÁTICO PRETO 302 (14X38MM) PERSONALIZADO::	unidade	50
0036	CARIMBO AUTOMÁTICO PRETO 355 PADRÃO CNPJ PERSONALIZADO:	unidade	50
0037	CARIMBO SEMI-AUTOMÁTICO, CORPO EM PLÁSTICO, BASE EM RESINA, RETANGULAR, DO TIPO PRINTER10 , 26X10 MM:	unidade	50
0038	CARTÃO COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ANTI- RÁBICA ANIMAL 15X15 COLORIDO FORMATO F20:	unidade	5.000
0039	CARTÃO DA GESTANTE COLORIDO 21X31- OFF180G - FRENTE E VERSO COM DUAS DOBRAS:	unidade	5.000
0040	CARTÃO DE APRAZAMENTO CORES DIVERSAS CARTOLINA FRENTE VERSO - 11X17 FOMATO F32:	unidade	50
0041	CARTÃO DE DIABETES - INSULINA NPH/REGULAR 10X29 COM DOBRA AO MEIO (PAPEL CARTA - CARTÃO COR LARANJA) FRENTE E VERSO:	unidade	5.000
0042	CARTÃO DE PLANEJAMENTO FAMILIAR 10X30 CM NO FORMATO ABERTO, 10X15 NO FORMATO FECHADO (PAPEL CARTÃO COR VERDE) F/V:	unidade	500
0043	CARTÃO DE SERVIÇO MUNICIPAL DE REABILITAÇÃO 18X11CM FRENTE E VERSO (PAPEL CARTÃO):	unidade	500
0044	CARTÃO DE VACINA DO ADULTO 20X7,5 NO FORMATO ABERTO 10X7,5 NO FORMATO FECHADO (PAPEL CARTÃO) F/V:	unidade	5.000
0045	CARTÃO DE VISITA DO AGENTE 14X21 100X1- FORMATO F16:	bloco	5.000
0046	CARTÃO ESPELHO 21X15 (PAPEL CARTÃO) F/V:	unidade	5.000
0047	CARTÃO HIPERTENSO E DIABÉTICO 10X30 NO FORMATO ABERTO 10X15 NO FORMATO FECHADO (PAPEL CARTÃO COR LARANJA) FRENTE E VERSO:	unidade	1.000
0048	CARTAZ COLORIDO TAMANHO 42X62 CM:	unidade	500



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0049	CARTAZ COLORIDO TAMANHO 46X65:	unidade	200
0050	CARTAZ COLORIDO TAMANHO A3 PAPEL FOTOGRÁFICO - IMPRESSÕES VARIADAS:	unidade	200
0051	CARTAZ F2 (44X60CM), MONOCROMATICO, PAPEL COLCHE:	unidade	200
0052	CARTAZ F2 (44X60CM), POLICROMIA, PAPEL COLCHE:	unidade	200
0053	CARTAZ F4 (31X44CM), MONOCROMATICO, PAPEL COLCHE.:	unidade	200
0054	CARTAZ F4 (31X44CM), POLICROMIA, PAPEL COLCHE:	unidade	500
0055	CARTAZES 4X0 -30X45 COUCHE 120G:	unidade	200
0056	CARTILHA COR 16X20 COM 16 PG OFF 70 G CAPA COUCHE 115 G:	unidade	50
0057	CARTILHA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS 21X30 NO FORMATO ABERTO 21X15 NO FORMATO FECHADO F/V 4X4.:	unidade	100
0058	CENTRO MAIS VIDA 21X31 100X1-FORMATO F9:	bloco	50
0059	CHAVEIRO ACRÍLICO/PLÁSTICO - PERSONALIZADO, DIMENSÕES APROXIMADAS 3X4 CM, COM ARGOLA.:	unidade	100
0060	CONFECÇÃO DE BANNER LONA 440GR IMPRESSÃO DIGITAL (INSTALADO):	metro quadrado	100
0061	CONFECÇÃO DE PLACA INDICATIVA EM AÇO COM ADESIVO REFLETIVO 60X60 UN FORMATO A ESCOLHER (INSTALADA):	metro quadrado	50
0062	CONFECÇÕES DE PLACAS CEGAS 2X1 DE LONA IMPRESSÃO DIGITAL COM ESTRUTURA METALICA (INSTALADO):	unidade	50
0063	CONFECÇÕES DE TOTEM ALCOOL GEL TAMANHO 1.20X0.35 EM MDF DE 15MM, ADESIVO COM IMPRESSÃO:	unidade	50
0064	CONSELHO TUTELAR DE RIACHO DOS MACHADOS: NOTIFICAÇÃO/NOTIFICA 21X31 100X1 F9:	bloco	50
0065	CONTRA - REFERENCIA DE ESPECIALIDADES 10X14 100X1 (ESCRITA VERDE) FORMATO F32:	bloco	50
0066	CONTROLE DIÁRIO DE ATENDIMENTO 21X31 100X1- FORMATO F9:	bloco	50
0067	CONTROLE DIÁRIO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO 21X31 100X1- FORMATO F9:	bloco	500



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0068	CONTROLE DO EXAME MAMOGRAFIA 20X14 (PAPEL CARTA) FRENTE E VERSO -FORMATO F16:	unidade	100
0069	CONVITE TAMANHO 14,8X21 CM PAPEL : VERGÊ COR: 4X0 COR.:	unidade	1.000
0070	CONVITE 15X21 CM 4X0 PAPEL FOTOGRÁFICO:	unidade	500
0071	CONVITE EM PAPEL FOTOGRÁFICO 10X15 CM.:	unidade	500
0072	COPO PERSONALIZADO EM ACRÍLICO COM TAMPA E CANUDO 400 ML VÁRIAS CORES::	unidade	500
0073	CRACHÁ 10X15 CM PAPEL COUCHE 250 G 4X0:	unidade	500
0074	CRACHÁ EM PVC 5,5X8,5 IMPRESSÃO DIGITAL - COM CORDÃO E PRENDEDOR TIPO JACARÉ.:	unidade	500
0075	DIÁRIO DE COPROSCOPIA E TRATAMENTO 21X31CM OSS SET 75G:	bloco	50
0076	DISPLAY DE CHÃO PERSONALIZADO CONFECCIONADO EM MDF CRU OU ACRÍLICO::	metro quadrado	50
0077	E-SUS FICHA ATENDIMENTO INDIVIDUAL 21X31 F/V:	bloco	1.000
0078	E-SUS FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL 21X31 F/V:	bloco	500
0079	E-SUS FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA 21X31 F/V:	bloco	500
0080	E-SUS FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR 21X31:	bloco	500
0081	E-SUS FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL 21X31 F/V:	bloco	500
0082	E-SUS FICHA DE PROCEDIMENTOS 21X31 F/V:	bloco	500
0083	E-SUS FICHA DE VISITA DOMICILIAR 21X31 F/V:	bloco	500
0084	ENVELOPE 18CM X 24CM -KRAFT- TIMBRADO:	unidade	5.000
0085	ENVELOPE 22CMX 32CM- KRAFT- TIMBRADO:	unidade	5.000
0086	ENVELOPE 26CMX 36CM- KRAFT- TIMBRADO:	unidade	5.000
0087	ENVELOPE BRANCO, TIMBRADO 18X24CM:	unidade	5.000
0088	ENVELOPE BRANCO, TIMBRADO 24X34CM:	unidade	5.000



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0089	ENVELOPE BRANCO, TIMBRADO 26X36CM:	unidade	2.500
0090	ENVELOPE FAMILIA-KRAFT-1X0-26,0CMX36,0CM TIMB.:	unidade	2.500
0091	ENVELOPE OFICIO 23X11,5 TIMBRADO:	unidade	2.500
0092	ENVELOPE PRONTUÁRIO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 26X36 COM ABERTURA EM PAISAGEM:	unidade	2.500
0093	ENVELOPE SACO BRANCO TIMBRADO 26X36 4X0:	unidade	1.000
0094	ENVELOPE SACO KRAFT TIMBRADO 26X36:	unidade	500
0095	ETIQUETA ADESIVA PERSONALIZADA PARA FECHAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA 11X6 CM:	unidade	200
0096	FAIXA DE TAMANHO 200X80 CM EM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA EM LONA:	unidade	500
0097	FAIXA DE TAMANHO 300X80 CM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA.:	unidade	100
0098	FAIXA DE TAMANHO 300X80 CM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA ACABAMENTO EM ILHÓS.:	unidade	100
0099	FICHA C- MENINA 21X31 FRENE E VERSO 100X1-FORMATO F9:	bloco	500
0100	FICHA C- MENINO 21X31 FRENE E VERSO 100X1-FORMATO F9:	bloco	500
0101	FICHA CENTRO MAIS VIDA FORMATO 09, BLOCO COM 100 FOLHAS:	bloco	500
0102	FICHA CLÍNICA DE PRÓTESE 21X31 100X1 (ESCRITA VERDE)- FORMATO F9:	bloco	100
0103	FICHA DE CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA GESTANTE 21X31 FRETE E VERSO 100X1 -FORMATO F9:	bloco	500
0104	FICHA DE ENCAMINHAMENTO CENTRO VIVA A VIDA 31X21 50X2 COM MICROSERRINHA HORIZONTAL-CARBONADO-FORMATO F9:	bloco	50
0105	FICHA INDIVIDUAL 31X21 100X1- FORMATO F9:	bloco	500
0106	FICHA INDIVIDUAL PARA EXAME SOROLÓGICO - HIV 21X31 OFF56G:	bloco	50
0107	FOLDER 0,15X0,21 4X0:	unidade	5.000
0108	FOLDER 15X21 CM F9 4X4:	unidade	5.000



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0109	FOLDER 3 PARTE FRENTE E VERSO COLORIDO (ABERTO TAM.A4) OFF7 SET 75 G:	unidade	5.000
0110	FOLDER 3 PARTES FRENTE E VERSO COLORIDO (ABERTO TAM.A4):	unidade	5.000
0111	FOLDER 31X21 F9 4X4:	unidade	5.000
0112	FOLDER COUCHE 150 G FORMATO 80,10X0,21 M 4X4:	unidade	5.000
0113	FOLHAS DE JORNAL A4 FRENTE E VERSO P/B 21X41 4PG:	unidade	5.000
0114	FORMULÁRIO 10X15 100X1 56G:	bloco	500
0115	FORMULÁRIO 10X15 100X1 F/V 75GR:	bloco	500
0116	FORMULÁRIO 15X21 100X1 56G:	bloco	500
0117	FORMULÁRIO 15X21 100X1 F/V 75GR:	bloco	500
0118	FORMULÁRIO 15X21 50X2 56GR:	bloco	500
0119	FORMULÁRIO 9X17 100X1 56GR:	bloco	500
0120	FORMULÁRIO A4 21X31 100X1 56GR:	bloco	500
0121	FORMULÁRIO A4 21X31 100X1 F/V 75GR:	bloco	500
0122	FORMULÁRIO A4 21X31 F/V:	bloco	500
0123	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A4 180G 210X297MM:	unidade	80.000
0124	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A3 180G 297X420MM:	unidade	50.000
0125	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A3 75 G:	unidade	40.000
0126	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL SULFITE A4 75 G 210X297:	unidade	80.000
0127	IMPRESSÃO DE CERTIFICADO 20X30CM PAPEL FOTOGRÁFICO:	unidade	1.000
0128	IMPRESSÃO DIGITAL PAPEL 4X0 170g 100x180CM:	unidade	500
0129	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E INQUÉRITO DE NECESSIDADES ODONTOLÓGICAS FRENTE E VERSO 21X31 100X1 - FORMATO F9:	bloco	500
0130	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR 21X31 100X1:	bloco	1.000
0131	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/ AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL- APAC- 20X31 100X1 - FORMATO F9:	bloco	1.000

**PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS**

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0132	MAPA DE ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL (SISVAN) 21X31 100X1- FORMATO F9:	bloco	500
0133	MAPA DIÁRIO DE ACOMPANHAMENTO (SISVAN - BOLSA FAMÍLIA) 21X31 100X1 OFF70G:	bloco	1.000
0134	MONITORIZAÇÃO DAS DOENÇAS DIARRÉICAS AGUDAS 21X31- FORMATO F9:	bloco	500
0135	ORIENTAÇÕES PARA O USO DA PROTESE 21X15 100X1 (ESCRITA VERDE)-FORMATO F16:	bloco	500
0136	OUTDOOR 4,5X1,5M EM PAPEL IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	unidade	200
0137	OUTDOOR 3X9M EM PAPEL 16 FOLHAS IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	unidade	200
0138	OUTDOOR EM PAPEL IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	metro quadrado	200
0139	PAINEL PARA FACHADA CONFECCIONADO DE METAIS E LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL RESISTENTE A RAIOS UV.::	metro quadrado	100
0140	PANFLETO F18 21X15 4X0 115G:	unidade	5.000
0141	PANFLETO F18 21X15 4X4 115G:	unidade	5.000
0142	PANFLETO PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS, 4X0 CORES, TAMANHO 15X21CM:	unidade	500
0143	PANFLETOS 15X20 CM COUCHÊ 50 GR 4X4.:	unidade	5.000
0144	PANFLETOS 4X4 15X20 COUCHE 120G:	unidade	2.500
0145	PANFLETOS 7X10 CM COUCHÊ 50GR 4X0:	unidade	2.500
0146	PAPEL TIMBRADO FOLHA A4 21X31 75GR 100X1 4X0 COR:	bloco	500
0147	PASTA DE CAPA DE PROCESSO VERTICAL 44 CM HORIZONTAL 26 CM OFF 180 G:	unidade	500
0148	PASTA DE PAPEL COM BOLSO INTERNO PARA CONFERÊNCIA 44,6X31,6CM NO FORMATO ABERTO E22,6X31,6CM NO FORMATO FECHADO, COUCHÊ FOSCO 300G/M2.:	unidade	500
0149	PASTA DE PAPEL RECICLADO PERSONALIZADA (LAYOUT CRIADO PELO FORNECEDOR) COM ORELHA 240G 220X320MM 4X0 CORTE E VINCO PADRÃO:	unidade	500

**PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS**

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0150	PASTA DE PAPEL TRIPLEX PERSONALIZADA (LAYOUT CRIADO PELO FORNECEDOR) COM ORELHA 230G 220X320MM 4X0 ACABAMENTO LAMINAÇÃO BRILHO.:	unidade	500
0151	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO PARA DOCUMENTOS, TAMANHO 24X32 CM, VERDE EM CARTOLINA, CAPA PERSONALIZADA. (CONFORME MODELO APRESENTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO):	unidade	1.000
0152	PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS:	metro quadrado	100
0153	PLASTIFICAÇÃO TÉRMICA DE DOCUMENTOS::	metro quadrado	100
0154	PLOTAGEM A0 PRETO E BRANCO:	unidade	200
0155	PLOTAGEM A1 COLORIDA:	unidade	200
0156	PLOTAGEM A1 PRETA E BRANCO:	unidade	100
0157	PLOTAGEM A2 COLORIDA:	unidade	100
0158	PLOTAGEM A2 PRETO E BRANCO:	unidade	200
0159	PROGRAMA DE CONTROLE DOENÇA DE CHAGAS -DIÁRIO DE ATIVIDADES 21X31 OFF SET 75G 100X1- FORMATO F9:	bloco	200
0160	PRONTUÁRIO DA GESTANTE CAPA COLORIDA (DO TIPO CAPA DE REVISTA) 16 PG EM PAPEL OFF90G 1X1 (CADERNETA TAM. A4),:	unidade	1.000
0161	PRONTUÁRIO FAMILIAR 20X30 100X1:	bloco	1.000
0162	PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO - DADOS PESSOAIS DO PACIENTE - LIVRETO A4 FRENTE E VERSO 20X28 10X1 (ESCRITA VERDE)-FORMATO F9:	unidade	1.500
0163	PRONTUÁRIO SUAS 20X30 60X1, CAPA INDIVIDUAL PERSONALIZADA EM PAPEL COUCHE:	bloco	2.000
0164	RECEITUÁRIO 7X20 100X1 COM NUMERAÇÃO SEQUENCIAL E MICROSERILHA DE CANHOTO SUPERBOND 56GR:	bloco	1.000
0165	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 15X21 50X2 CARBONADO- FORMATO F16:	bloco	1.000
0166	RECEITUÁRIO SIMPLES 15X21 100X1 - FORMATO F16:	bloco	2.000
0167	REFERENCIAMENTO DE ESPECIALIDADES 10X14 100X1 (ESCRITA VERDE)- FORMATO F32:	bloco	500

**PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS**

CNPJ: 16.925.208/0001-51



0168	REQUISIÇÃO AO ALMOXARIFADO 15X 20 100X1-FORMATO F16:	bloco	100
0169	REQUISIÇÃO CONSELHO TUTELAR 21X31 100X1:	bloco	200
0170	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO 21X31 FRENTE E VERSO OFF 70G 100X1 - FORMATO F9:	bloco	100
0171	REQUISIÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICO E ANATOMOPATOLÓGICO 15X22 50X2 CARBONADO - FORMATO F16:	bloco	100
0172	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA - FICHA COR ROSA:	bloco	1.000
0173	RESUMO SEMANAL PESQUISA ENTOMOLÓGICA E TARATAMENTO 21X31CM OFF SET 75G 100X1-FORMATO F9:	bloco	100
0174	REVISTA CAPA COUCHÊ 250 ENVERNIZADA SÓ NA FRENTE 18 PÁGINAS (FORA CAPA) DENTRO COUCHÊ 115 TAMANHO FECHADO (28X21CM) ABERTO (42X28 CM):	unidade	500
0175	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO ACIMA DE 100 FOLHAS:	unidade	500
0176	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 26 ATÉ 50 FOLHAS:	unidade	500
0177	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 51 ATÉ 100 FOLHAS:	unidade	500
0178	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE ATÉ 25 FOLHAS:	unidade	500
0179	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO ACIMA DE 100 FOLHAS:	unidade	500
0180	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO ATÉ 25 FOLHAS:	unidade	500
0181	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 26 ATÉ 50 FOLHAS:	unidade	500
0182	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 51 ATÉ 100 FOLHAS:	unidade	500
0183	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM MDF:	metro quadrado	500
0184	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM PAREDE:	metro quadrado	500



0185	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM VIDRO BLINDEX:	metro quadrado	500
0186	SOLICITAÇÃO DE EXAME 15X20 OFF 70G 100X1 - FORMATO F16:	bloco	1.000
0187	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA(CONSOLIDADO) 21X31 100X1 FORMATO F9:	bloco	50
0188	FICHA DE EVOLUÇÃO FAMILIAR 100X1 F9:	bloco	100

1.3. - Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. - Os produtos, objeto deste termo, deverão ser entregues em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

1.5 - Nos termos do Art. 176 da Lei nº 14.133/2021, os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes possuem o prazo de até 6 (seis) anos, a contar da data de publicação da referida lei (01 de abril de 2021), para se adequarem integralmente às novas disposições legais. Assim, até 01 de abril de 2027, é permitido que tais entes continuem utilizando, de forma excepcional e transitória, os procedimentos da legislação anterior, incluindo a Lei nº 10.520/2002, que rege o Pregão Presencial.

1.6 - Considerando que este Município possui população inferior a 20.000 habitantes e ainda se encontra dentro do prazo de transição legalmente estabelecido, justifica-se a adoção do Pregão Presencial com base na legislação anterior.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. A contratação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, visando atender às demandas das diversas Secretarias da Administração Pública Municipal.

2.3. Justifica-se a aquisição dos materiais e serviços gráficos em razão de o Município de Riacho dos Machados não dispor de gráfica própria, tornando-se necessária a contratação de empresa especializada para suprir as necessidades da Administração Pública Municipal.

2.4. Os materiais e serviços gráficos são essenciais para o adequado desempenho das atividades administrativas, institucionais e operacionais dos órgãos municipais.

2.5. A contratação tem por finalidade subsidiar e dar suporte às atividades administrativas dos diversos setores do Município, assegurando a confecção de



impressos oficiais, formulários, materiais informativos, institucionais e demais produtos gráficos indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços públicos.

2.6. A inexistência de estrutura própria para a execução dos serviços gráficos inviabiliza a produção interna dos materiais, tornando imprescindível a contratação externa para garantir a continuidade das atividades administrativas.

2.7. Dessa forma, a aquisição dos materiais aqui discriminados revela-se imprescindível para assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a Administração Pública.

2.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza contínua e variável da demanda, que impossibilita a definição precisa das quantidades a serem adquiridas ao longo do exercício, permitindo maior eficiência, economicidade e agilidade nas aquisições, conforme previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A contratação fundamenta-se nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Atendendo ao princípio da economicidade, celeridade, eficácia, eficiência e padronização, que busca os melhores resultados, com menor custo, a aquisição dos materiais já especificados é a única solução que supra as demandas do município.

3.2. Os materiais e serviços serão entregues nos locais indicados na Ordem de Fornecimento, da seguinte forma:

3.2.1. provisoriamente, de posse da respectiva proposta, para efeito de verificação da conformidade do fornecimento com a especificação, quantidade, qualidade, preços e outros dados pertinentes constantes neste Termo, no ato da entrega.

3.2.2. definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias após recebimento provisório, será realizada a conferência dos bens e, estando de acordo com a Ordem de Compras será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura no documento auxiliar da NF-e (Danfe) ou nas vias da Nota Fiscal.

3.3. Os materiais e serviços deverão ser entregues na sua totalidade e de acordo com a quantidade e descrição constante na ordem de fornecimento, sendo vedada a entrega parcial.

3.4. Os itens e materiais entregues que apresentarem vícios, defeitos, violações, inadequações, características que impossibilitem o seu uso adequado ou estiverem em desacordo com as especificações dispostas no termo de referência e Ordem de Fornecimento emitida por este Município, deverão ser substituídos no



prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da notificação ao FORNECEDOR, podendo ser prorrogado se aceita a justificativa pelo Município, tendo todas as expensas desta por conta do FORNECEDOR.

4 - ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

4.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

4.1.1. Em consonância com o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/21, para a contratação em tela será mantida a confidencialidade do orçamento estimado.

4.1.2. Para o objeto desta licitação, manter o sigilo sobre o orçamento estimado incentiva a apresentação de propostas mais vantajosas, em predileção aos princípios fundamentais da competitividade, eficiência e economicidade.

4.1.3. A aplicação do sigilo visa evitar que o preço de referência estabelecido pela Administração influencie o alinhamento das propostas apresentadas.

4.1.4. Buscando incentivar que as empresas apresentem seus preços mais competitivos, fomentando ambiente de concorrência saudável.

4.1.5. Neste diapasão importa destacar o efeito prático do sigilo do orçamento, com reflexos positivos ao propósito de alcançar potencial vantagem no processo competitivo. A não publicação da planilha de custos, preenchida com a estimativa feita pela Administração, afasta a participação de propostas aventureiras, confeccionadas sem expertise, com menor capacidade de planejamento, que habitualmente utilizam o preço estimado pela Administração como parâmetro, aplicando apenas um percentual de redução dos valores, muitas vezes, sem um trabalho técnico e responsável.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da subcontratação

5.1. - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.2 - Não haverá exigência da garantia da contratação conforme estabelecido nos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 - As demandas da Secretaria solicitante serão realizadas mediante emissão de Ordem de fornecimento, ou qualquer outro documento equivalente, o qual será



encaminhado, preferencialmente, via e-mail ao fornecedor, quando houver a necessidade pelo CONTRATANTE da aquisição do item.

6.2 - O item listado no ANEXO I, não necessariamente serão requisitados em sua totalidade. O mesmo são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior assinatura da Ata de Registro de Preços. Os licitantes para as quais forem adjudicados o item obterão apenas o direito e a prioridade de fornecimento do referido item até o término da vigência da ata. Alertamos a todos os licitantes para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente todo o material constante do ANEXO I. O Município de Riacho dos Machados/MG, não se responsabilizará por prejuízos financeiros não cabendo por parte dos licitantes nenhum recurso sob alegação da expectativa da contratação por parte da Prefeitura.

6.3 - Os produtos da presente licitação serão entregues no Município de Riacho dos Machados, em até 10 (dez) dias corridos, em conformidade com a emissão da Ordem de Fornecimento.

6.4 - O fornecedor deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos, embalados e mantidos, quando sua natureza assim exigir, sob resfriamento ou congelamento, desde sua origem até sua entrega definitiva, em temperaturas adequadas para sua perfeita conservação, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará a indicação referente a marca de cada produto.

6.5 - O fornecedor é responsável pelo acondicionamento correto dos produtos no momento da coleta, transporte e entrega, no local estabelecido pelo Setor requisitante.

6.6 - Por ocasião do fornecimento, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável por acompanhar a execução do contrato;

6.7 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua regularização imediatamente ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser



realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, Sr^a Renielle Silva de Oliveira ou pelos respectivos substitutos.

7.5.1 - Os fiscais do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.5.2 – Os fiscais do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.5.3 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.5.4 - Os fiscais do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.6 - Os fiscais do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

7.6 - Os fiscais do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos



comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.7 - Os gestores do contrato, Sr^a Lailany Khamylla Batista Gomes ou outros servidores a serem designados, coordenarão a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8 - Os gestores do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9 - Os gestores do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10 - Os gestores do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11 - Os gestores do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.12 - Os gestores do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13 - Os gestores do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



8.1. A avaliação da execução do objeto, será realizada após cada recebimento e utilizará os registros e apontamentos realizados pelo fiscal e gestor do contrato como forma de aferição da qualidade do fornecimento.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.2. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para o fornecimento, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

8.2 - Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.3 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa,



não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1 o prazo de validade;

8.10.2 a data da emissão;

8.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5 o valor a pagar; e

8.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021..](#)

8.13 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 02 (dois) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.14 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à



existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

8.17 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

8.18 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.19 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.2 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.



Forma de fornecimento

9.3 - O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigência de habilitação:

9.4 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1 **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

- a) Registro Comercial, em caso de firma individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (acompanhado de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação), em se tratando de sociedades comerciais, devidamente registrado e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando se tratar de sociedades por ações; dele deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades compatíveis com o objeto desta Concorrência;
- c) Inscrição do ato Constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- d) O Microempreendedor Individual (MEI) deverá comprovar sua condição mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

9.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA PESSOA JURÍDICA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal, Federal, Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - b.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - b.2) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos Negativos de Débitos Tributários – CDT, Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda (UF da Sede do Contribuinte);
 - b.3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos Negativos de Débitos Tributários Municipais, expedida pela Fazenda Municipal da Sede do licitante;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;



d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

e)

9.3.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.3.3.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante com data de emissão de até 90 (noventa) dias antes da abertura da sessão.

9.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.4.1. Para habilitação técnica, os licitantes DEVERÃO apresentar:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica: Pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove que a licitante já forneceu ou está fornecendo os serviços, de maneira satisfatória e a contento com o objeto similar ao objeto constante no Termo de Referência desta licitação;

a1) O (s) atestado e/ou certidão(ões) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, identificação do objeto do contrato, descrevendo o tipo ou natureza do serviço, serviços executados.

a2) O Atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Pregoeira.

9.3.5- DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

9.3.5.1 Alvará de Localização e Funcionamento fornecido pelo Município em que se localizar a matriz ou filial da empresa participante da licitação;

9.5.1.1. Este documento deverá ser encaminhado ao Setor de Licitações do Município de Riacho dos Machados/MG através do e-mail licitacao@riachodosmachados.mg.gov.br até o momento de assinatura da Ata de Registro de Preços, não sendo motivo de inabilitação a não apresentação, mas sendo condição indispensável para assinatura da Ata de Registro de Preços.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A Detentora da Ata que der causa à inexecução total da Ata ou parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, (salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado); não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a



contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Riacho dos Machados/MG pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como declarado inidôneo, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais.

10.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Detentora da Ata as sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

10.3. O atraso injustificado na execução da Ata sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.

10.4. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando houver descumprimento da Ata:

10.4.1. 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no fornecimento dos itens, ou por atraso no cumprimento de obrigação da Ata ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total dos itens constantes da Ordem de Compras.

10.4.2. 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da Detentora da Ata injustificadamente desistir da Ata ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o município de Riacho dos Machados, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.5. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente como prevista na Lei Federal nº. 14.133/21, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

11. CRITÉRIOS DE REAJUSTES

11.1 Como critério de reajuste deverá ser adotado o índice de Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Mercado – INPC, consoante ao art. 92 V da lei 14.133/2021.

12. DA IMPREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Considerando a natureza eventual da contratação, a dotação orçamentária para a contratação feita por este registro de preços será efetuada à medida que forem solicitadas.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS



13.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Riacho dos Machados/MG, 07 de janeiro de 2026.

Lailany Khamylla Batista Gomes
Secretário Municipal de Administração

Edvaldo Machado Silva
Secretário Municipal de Obras

José Paulo Mendes Aguiar
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

Domingas Ferreira da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Cristiane Aparecida Silva Brito
Secretária Municipal de Agricultura

Gilson Gilvano de Souza
Secretário Municipal de Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



Elson Martins Silva

Secretário Municipal de Planejamento

Ana de Lourdes Soares do Carmo

Secretária Municipal de Gabinete

Antonio Gomes Silva

Secretário Municipal de Transportes

Jessica Wanderlanne de Oliveira Correia

Secretária Municipal de Governo

Claucio Silvio Pereira

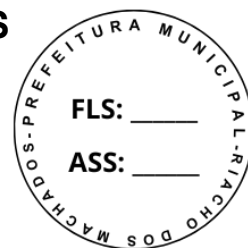
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Marcelo Lopes Rodrigues

Secretário Municipal de Assistência Social

Danilo Batista Azevedo

Secretário Municipal de Esporte e Lazer



ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2026

O **MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.925.208/0001-51, isento de inscrição estadual, com endereço na Rua Chico Durães, nº 310, Bairro Riacho Novo, Riacho dos Machados/MG, CEP 39.529-000, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. RICARDO DA SILVA PAZ, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) DETENTORA (S), resolvem registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

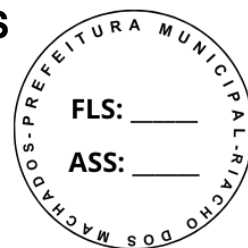
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

2.1. Os preços das empresas classificadas e as especificações registradas na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES
Razão
Social:
CNPJ:
Endereço:
E-mail:
Telefone:
Representante



te: RG:

CPF:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Registrado (Preço Unitário)	Valor Total
				(...)	(...)

2.1 - Os produtos serão recebidos em até 10 (dez) dias a contar da emissão da Ordem de Fornecimento da seguinte forma:

2.2 - Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.3 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.4 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.7 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança



equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

2.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

2.9 - Por ocasião do fornecimento, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável por acompanhar a entrega dos produtos;

2.10 - Os produtos serão solicitados **de forma parcelada**, conforme demanda da secretaria solicitante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

3.1. Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência e as Propostas Comerciais apresentadas pelos FORNECEDORES no do Processo Licitatório nº 009/2026, Pregão Presencial SRP nº 002/2026.

CLAUSULA QUARTA – DO ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. Órgão Gerenciador

4.1.1 O órgão gerenciador deste registro de preços será a Prefeitura, através do gestor da ata de registro de preços.

4.2. – Órgãos Participantes

4.2.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por todos os órgãos da administração deste município.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e 5.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e



do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a prestação de serviço ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir



do primeiro dia útil subsequente à data de publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8.- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site oficial do Município de Riacho dos Machados, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



6.13. - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.5 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas



cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de



2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 -O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.5 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

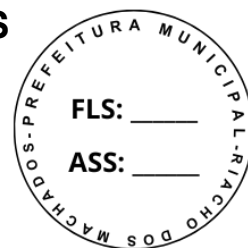
10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado;

10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão



fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 40 do Decreto Municipal nº 417, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (do artigo 40 do Decreto Municipal nº 417, de 2023).

11.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS E FORO

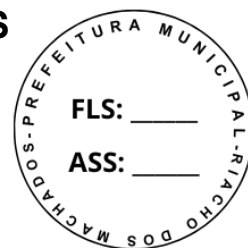
12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porteirinha, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



(duas) testemunhas.

Riacho dos Machados (MG), de de 2026.

MUNICIPIO DE RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

Ricardo da Silva Paz

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR

Testemunha: _____

CPF: _____

Testemunha: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



Anexo

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO III - PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2026

DADOS DO LICITANTE		
Denominação:		
Endereço:		
CEP:	Fone:	Celular:
e-mail:		CNPJ:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Subtotal	Marca/Modelo	Part. Ampla
0001	ACOMPANHAMENTO DE VISITA DOMICILIAR POR MICRO AREA 100X1 FORMATO F9:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0002	ADESIVO ENVELOPAMENTO BRANCO LEITOSO PARA PORTAS E JANELAS DE VIDRO (APLICAÇÃO INCLUSA):	metro quadrado	200	0,00			NÃO
0003	ADESIVO 30X40 CM 4X0 (PLOTAGEM INCLUSA):	unidade	500	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0004	ADESIVO EM VINIL 03X03 CM COLORIDO:	unidade	400	0,00			NÃO
0005	ADESIVO EM VINIL 10,5X10,5 CM COLORIDO:	unidade	500	0,00			NÃO
0006	ADESIVO EM VINIL 10X04 CM COLORIDO:	unidade	500	0,00			NÃO
0007	ADESIVO PARA BUSDOOR, IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL ADESIVO PARA USO EM ÁREA EXTERNA (INSTALADO):	metro quadrado	200	0,00			NÃO
0008	ADESIVO VINIL PARA VIDRO - COLORIDO - TAMANHO 17 CM X 17 CM::	unidade	200	0,00			NÃO
0009	ADESIVOS PARA PLOTAGEM COM LOGO PARA VEICULOS GRANDE PORTE RECORTE PADRÃO OU RECORTE DIGITAL(INSTALADO):	metro quadrado	100	0,00			NÃO
0010	ATESTADO MÉDICO 15X20 OFF 70G 100X1:	bloco	6.000	0,00			SIM
0011	ATESTADO MÉDICO 15X20 OFF 70G 100X1:	bloco	2.000	0,00			NÃO
0012	ATESTADO OCUPACIONAL C/ CARBONO 3 VIAS TAM. 22CMX16CM COM 100 FOLHAS:	bloco	3.750	0,00			SIM
0013	ATESTADO OCUPACIONAL C/ CARBONO 3 VIAS TAM. 22CMX16CM COM 100 FOLHAS:	bloco	1.250	0,00			NÃO
0014	ATESTADO ODONTOLÓGICO 15X20 OFF 70G 100X1:	bloco	5.000	0,00			NÃO
0015	BANNER 300X200 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO EM ILHÓS:	unidade	375	0,00			SIM
0016	BANNER 300X200 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO EM ILHÓS:	unidade	125	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0017	BANNER 120X80 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	500	0,00			NÃO
0018	BANNER 130X250 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	375	0,00			SIM
0019	BANNER 130X250 CM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	125	0,00			NÃO
0020	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	metro quadrado	375	0,00			SIM
0021	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	metro quadrado	125	0,00			NÃO
0022	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - ACABAMENTO EM ILHÓS OU BASTÃO E CORDINHA::	metro quadrado	375	0,00			SIM
0023	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - ACABAMENTO EM ILHÓS OU BASTÃO E CORDINHA::	metro quadrado	125	0,00			NÃO
0024	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - TAMANHO 4,50X2,20 M - ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	375	0,00			SIM
0025	BANNER COLORIDO EM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA - TAMANHO 4,50X2,20 M - ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA:	unidade	125	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0026	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO ACABAMENTO EM BASTÃO OU ILHÓS.::	metro quadrado	100	0,00			NÃO
0027	BLOCO DE ANOTAÇÕES CAPA COLORIDA 15X21 10X1:	bloco	500	0,00			NÃO
0028	BLOCO F32 15X11 2 VIAS CARBONADO 50X2:	bloco	500	0,00			NÃO
0029	FORMULÁRIO DO CREAS 21X31 100X1 F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0030	BLOCOS PARA LABORATÓRIO DE PROTESE 10X14 100X1 (ESCRITA VERDE) - FORMATO F32:	bloco	100	0,00			NÃO
0031	BOLETIM DE PESQUISA LARVÁRIA 21X31 CM OFF 75G 100X1 FORMATO F9:	bloco	100	0,00			NÃO
0032	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL (INDIVIDUALIZADO) 21X31 100X1 (ESCRITA VERDE) - FORMATO F9:	bloco	50	0,00			NÃO
0033	BOLETIM DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO 21X31 OFF70G:	bloco	50	0,00			NÃO
0034	BOLETIM DIÁRIO TRATAMENTO ANTI VETORIAL 21X31 CM OFF 75G 100X1 FORMATO F9:	bloco	50	0,00			NÃO
0035	BOTONS - ADESIVOS EM PAPEL COM CORTE REDONDO TAMANHO 5X5 COLORIDO FRENTE:	unidade	10.000	0,00			NÃO
0036	CADASTRO DO PACIENTE -- IDENTIFICAÇÃO FISIOTERAPIA 21X31 100X1 - FORMATO F9:	bloco	3.750	0,00			SIM
0037	CADASTRO DO PACIENTE -- IDENTIFICAÇÃO FISIOTERAPIA 21X31 100X1 - FORMATO F9:	bloco	1.250	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0038	CADASTRO SOCIAL 21X31 100X1 FORMATO F9:	bloco	3.750	0,00			SIM
0039	CADASTRO SOCIAL 21X31 100X1 FORMATO F9:	bloco	1.250	0,00			NÃO
0040	CADERNETA DA CRIANÇA MENINA 120gr CONTENDO 60 PÁGINAS:	unidade	3.750	0,00			SIM
0041	CADERNETA DA CRIANÇA MENINA 120gr CONTENDO 60 PÁGINAS:	unidade	1.250	0,00			NÃO
0042	CADERNETA DA CRIANÇA MENINO 120gr CONTENDO 60 PÁGINAS:	unidade	3.750	0,00			SIM
0043	CADERNETA DA CRIANÇA MENINO 120gr CONTENDO 60 PÁGINAS:	unidade	1.250	0,00			NÃO
0044	CADERNETA DA GESTANTE 120 GRAMAS 60PÁGINAS, SENDO DUAS PAGINAS TAMANHOS 21X52:	unidade	3.750	0,00			SIM
0045	CADERNETA DA GESTANTE 120 GRAMAS 60PÁGINAS, SENDO DUAS PAGINAS TAMANHOS 21X52:	unidade	1.250	0,00			NÃO
0046	CARIMBO AUTOMÁTICO PRETO 301 (10X27MM) PERSONALIZADO::	unidade	50	0,00			NÃO
0047	CARIMBO AUTOMÁTICO PRETO 302 (14X38MM) PERSONALIZADO::	unidade	50	0,00			NÃO
0048	CARIMBO AUTOMÁTICO PRETO 355 PADRÃO CNPJ PERSONALIZADO:	unidade	50	0,00			NÃO
0049	CARIMBO SEMI-AUTOMÁTICO, CORPO EM PLÁSTICO, BASE EM RESINA, RETANGULAR, DO TIPO PRINTER10 , 26X10 MM:	unidade	50	0,00			NÃO
0050	CARTÃO COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ANTI- RÁBICA ANIMAL 15X15 COLORIDO FORMATO F20:	unidade	5.000	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0051	CARTÃO DA GESTANTE COLORIDO 21X31- OFF180G - FRENTE E VERSO COM DUAS DOBRAS:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0052	CARTÃO DE APRAZAMENTO CORES DIVERSAS CARTOLINA FRENTE VERSO - 11X17 FOMATO F32:	unidade	50	0,00			NÃO
0053	CARTÃO DE DIABETES - INSULINA NPH/REGULAR 10X29 COM DOBRA AO MEIO (PAPEL CARTA - CARTÃO COR LARANJA) FRENTE E VERSO:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0054	CARTÃO DE PLANEJAMENTO FAMILIAR 10X30 CM NO FORMATO ABERTO, 10X15 NO FORMATO FECHADO (PAPEL CARTÃO COR VERDE) F/V:	unidade	500	0,00			NÃO
0055	CARTÃO DE SERVIÇO MUNICIPAL DE REABILITAÇÃO 18X11CM FRENTE E VERSO (PAPEL CARTÃO):	unidade	500	0,00			NÃO
0056	CARTÃO DE VACINA DO ADULTO 20X7,5 NO FORMATO ABERTO 10X7,5 NO FORMATO FECHADO (PAPEL CARTÃO) F/V:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0057	CARTÃO DE VISITA DO AGENTE 14X21 100X1- FORMATO F16:	bloco	5.000	0,00			NÃO
0058	CARTÃO ESPELHO 21X15 (PAPEL CARTÃO) F/V:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0059	CARTÃO HIPERTENSO E DIABÉTICO 10X30 NO FORMATO ABERTO 10X15 NO FORMATO FECHADO (PAPEL CARTÃO COR LARANJA) FRENTE E VERSO:	unidade	1.000	0,00			NÃO
0060	CARTAZ COLORIDO TAMANHO 42X62 CM:	unidade	500	0,00			NÃO
0061	CARTAZ COLORIDO TAMANHO 46X65:	unidade	200	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0062	CARTAZ COLORIDO TAMANHO A3 PAPEL FOTOGRÁFICO - IMPRESSÕES VARIADAS:	unidade	200	0,00			NÃO
0063	CARTAZ F2 (44X60CM), MONOCROMATICO, PAPEL COLCHE:	unidade	200	0,00			NÃO
0064	CARTAZ F2 (44X60CM), POLICROMIA, PAPEL COLCHE:	unidade	200	0,00			NÃO
0065	CARTAZ F4 (31X44CM), MONOCROMATICO, PAPEL COLCHE.:	unidade	200	0,00			NÃO
0066	CARTAZ F4 (31X44CM), POLICROMIA, PAPEL COLCHE:	unidade	500	0,00			NÃO
0067	CARTAZES 4X0 -30X45 COUCHE 120G:	unidade	200	0,00			NÃO
0068	CARTILHA COR 16X20 COM 16 PG OFF 70 G CAPA COUCHE 115 G:	unidade	50	0,00			NÃO
0069	CARTILHA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS 21X30 NO FORMATO ABERTO 21X15 NO FORMATO FECHADO F/V 4X4.:	unidade	100	0,00			NÃO
0070	CENTRO MAIS VIDA 21X31 100X1-FORMATO F9:	bloco	50	0,00			NÃO
0071	CHAVEIRO ACRÍLICO/PLÁSTICO - PERSONALIZADO, DIMENSÕES APROXIMADAS 3X4 CM, COM ARGOLA.:	unidade	100	0,00			NÃO
0072	CONFEÇÃO DE BANNER LONA 440GR IMPRESSÃO DIGITAL (INSTALADO):	metro quadrado	100	0,00			NÃO
0073	CONFEÇÃO DE PLACA INDICATIVA EM AÇO COM ADESIVO REFLETIVO 60X60 UN FORMATO A ESCOLHER (INSTALADA):	metro quadrado	50	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0074	CONFEÇÕES DE PLACAS CEGAS 2X1 DE LONA IMPRESSÃO DIGITAL COM ESTRUTURA METALICA (INSTALADO):	unidade	50	0,00			NÃO
0075	CONFEÇÕES DE TOTEM ALCOOL GEL TAMANHO 1.20X0.35 EM MDF DE 15MM, ADESIVO COM IMPRESSÃO:	unidade	50	0,00			NÃO
0076	CONSELHO TUTELAR DE RIACHO DOS MACHADOS: NOTIFICAÇÃO/NOTIFICA 21X31 100X1 F9:	bloco	50	0,00			NÃO
0077	CONTRA - REFERENCIA DE ESPECIALIDADES 10X14 100X1 (ESCRITA VERDE) FORMATO F32:	bloco	50	0,00			NÃO
0078	CONTROLE DIÁRIO DE ATENDIMENTO 21X31 100X1- FORMATO F9:	bloco	50	0,00			NÃO
0079	CONTROLE DIÁRIO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO 21X31 100X1- FORMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0080	CONTROLE DO EXAME MAMOGRAFIA 20X14 (PAPEL CARTA) FRENTE E VERSO -FORMATO F16:	unidade	100	0,00			NÃO
0081	CONVITE TAMANHO 14,8X21 CM PAPEL : VERGÊ COR: 4X0 COR.:	unidade	1.000	0,00			NÃO
0082	CONVITE 15X21 CM 4X0 PAPEL FOTOGRÁFICO:	unidade	500	0,00			NÃO
0083	CONVITE EM PAPEL FOTOGRÁFICO 10X15 CM.:	unidade	500	0,00			NÃO
0084	COPO PERSONALIZADO EM ACRÍLICO COM TAMPA E CANUDO 400 ML VÁRIAS CORES::	unidade	500	0,00			NÃO
0085	CRACHÁ 10X15 CM PAPEL COUCHE 250 G 4X0:	unidade	500	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0086	CRACHÁ EM PVC 5,5X8,5 IMPRESSÃO DIGITAL - COM CORDÃO E PRENDEDOR TIPO JACARÉ.:	unidade	500	0,00			NÃO
0087	DIÁRIO DE COPROSCOPIA E TRATAMENTO 21X31CM OSS SET 75G:	bloco	50	0,00			NÃO
0088	DISPLAY DE CHÃO PERSONALIZADO CONFECCIONADO EM MDF CRU OU ACRÍLICO.:	metro quadrado	50	0,00			NÃO
0089	E-SUS FICHA ATENDIMENTO INDIVIDUAL 21X31 F/V:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0090	E-SUS FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL 21X31 F/V:	bloco	500	0,00			NÃO
0091	E-SUS FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA 21X31 F/V:	bloco	500	0,00			NÃO
0092	E-SUS FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR 21X31:	bloco	500	0,00			NÃO
0093	E-SUS FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL 21X31 F/V:	bloco	500	0,00			NÃO
0094	E-SUS FICHA DE PROCEDIMENTOS 21X31 F/V:	bloco	500	0,00			NÃO
0095	E-SUS FICHA DE VISITA DOMICILIAR 21X31 F/V:	bloco	500	0,00			NÃO
0096	ENVELOPE 18CM X 24CM -KRAFT- TIMBRADO:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0097	ENVELOPE 22CMX 32CM- KRAFT- TIMBRADO:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0098	ENVELOPE 26CMX 36CM- KRAFT- TIMBRADO:	unidade	5.000	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0099	ENVELOPE BRANCO, TIMBRADO 18X24CM:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0100	ENVELOPE BRANCO, TIMBRADO 24X34CM:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0101	ENVELOPE BRANCO, TIMBRADO 26X36CM:	unidade	2.500	0,00			NÃO
0102	ENVELOPE FAMILIA-KRAFT-1X0-26,0CMX36,0CM TIMB.:	unidade	2.500	0,00			NÃO
0103	ENVELOPE OFICIO 23X11,5 TIMBRADO:	unidade	2.500	0,00			NÃO
0104	ENVELOPE PRONTUÁRIO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 26X36 COM ABERTURA EM PAISAGEM:	unidade	2.500	0,00			NÃO
0105	ENVELOPE SACO BRANCO TIMBRADO 26X36 4X0:	unidade	1.000	0,00			NÃO
0106	ENVELOPE SACO KRAFT TIMBRADO 26X36:	unidade	500	0,00			NÃO
0107	ETIQUETA ADESIVA PERSONALIZADA PARA FECHAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA 11X6 CM:	unidade	200	0,00			NÃO
0108	FAIXA DE TAMANHO 200X80 CM EM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA EM LONA:	unidade	375	0,00			SIM
0109	FAIXA DE TAMANHO 200X80 CM EM IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA EM LONA:	unidade	125	0,00			NÃO
0110	FAIXA DE TAMANHO 300X80 CM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA.:	unidade	100	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0111	FAIXA DE TAMANHO 300X80 CM IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA ACABAMENTO EM ILHÓS.:	unidade	100	0,00			NÃO
0112	FICHA C- MENINA 21X31 FRENE E VERSO 100X1- FORMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0113	FICHA C- MENINO 21X31 FRENE E VERSO 100X1- FORMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0114	FICHA CENTRO MAIS VIDA FORMATO 09, BLOCO COM 100 FOLHAS:	bloco	500	0,00			NÃO
0115	FICHA CLÍNICA DE PRÓTESE 21X31 100X1 (ESCRITA VERDE)-FORMATO F9:	bloco	100	0,00			NÃO
0116	FICHA DE CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA GESTANTE 21X31 FRETE E VERSO 100X1 -FORMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0117	FICHA DE ENCAMINHAMENTO CENTRO VIVA A VIDA 31X21 50X2 COM MICROSERINHA HORIZONTAL-CARBONADO-FORMATO F9:	bloco	50	0,00			NÃO
0118	FICHA INDIVIDUAL 31X21 100X1- FORMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0119	FICHA INDIVIDUAL PARA EXAME SOROLÓGICO - HIV 21X31 OFF56G:	bloco	50	0,00			NÃO
0120	FOLDER 0,15X0,21 4X0:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0121	FOLDER 15X21 CM F9 4X4:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0122	FOLDER 3 PARTE FRETE E VERSO COLORIDO (ABERTO TAM.A4) OFF7 SET 75 G:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0123	FOLDER 3 PARTES FRETE E VERSO COLORIDO (ABERTO TAM.A4):	unidade	5.000	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0124	FOLDER 31X21 F9 4X4:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0125	FOLDER COUCHE 150 G FORMATO 80,10X0,21 M 4X4:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0126	FOLHAS DE JORNAL A4 FRENTE E VERSO P/B 21X41 4PG:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0127	FORMULÁRIO 10X15 100X1 56G:	bloco	500	0,00			NÃO
0128	FORMULÁRIO 10X15 100X1 F/V 75GR:	bloco	500	0,00			NÃO
0129	FORMULÁRIO 15X21 100X1 56G:	bloco	500	0,00			NÃO
0130	FORMULÁRIO 15X21 100X1 F/V 75GR:	bloco	500	0,00			NÃO
0131	FORMULÁRIO 15X21 50X2 56GR:	bloco	500	0,00			NÃO
0132	FORMULÁRIO 9X17 100X1 56GR:	bloco	500	0,00			NÃO
0133	FORMULÁRIO A4 21X31 100X1 56GR:	bloco	500	0,00			NÃO
0134	FORMULÁRIO A4 21X31 100X1 F/V 75GR:	bloco	500	0,00			NÃO
0135	FORMULÁRIO A4 21X31 F/V:	bloco	500	0,00			NÃO
0136	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A4 180G 210X297MM:	unidade	60.000	0,00			SIM
0137	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A4 180G 210X297MM:	unidade	20.000	0,00			NÃO
0138	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A3 180G 297X420MM:	unidade	37.500	0,00			SIM



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0139	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A3 180G 297X420MM:	unidade	12.500	0,00			NÃO
0140	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A3 75 G:	unidade	30.000	0,00			SIM
0141	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL A3 75 G:	unidade	10.000	0,00			NÃO
0142	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL SULFITE A4 75 G 210X297:	unidade	60.000	0,00			SIM
0143	IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL SULFITE A4 75 G 210X297:	unidade	20.000	0,00			NÃO
0144	IMPRESSÃO DE CERTIFICADO 20X30CM PAPEL FOTOGRÁFICO:	unidade	1.000	0,00			NÃO
0145	IMPRESSÃO DIGITAL PAPEL 4X0 170g 100x180CM:	unidade	500	0,00			NÃO
0146	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E INQUÉRITO DE NECESSIDADES ODONTOLÓGICAS FRENTE E VERSO 21X31 100X1 - FORMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0147	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR 21X31 100X1:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0148	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/ AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL- APAC- 20X31 100X1 - FÓRMATO F9:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0149	MAPA DE ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL (SISVAN) 21X31 100X1- FÓRMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO
0150	MAPA DIÁRIO DE ACOMPANHAMENTO (SISVAN - BOLSA FAMÍLIA) 21X31 100X1 OFF70G:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0151	MONITORIZAÇÃO DAS DOENÇAS DIARRÉICAS AGUDAS 21X31- FÓRMATO F9:	bloco	500	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0152	ORIENTAÇÕES PARA O USO DA PROTESE 21X15 100X1 (ESCRITA VERDE)-FORMATO F16:	bloco	500	0,00			NÃO
0153	OUTDOOR 4,5X1,5M EM PAPEL IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	unidade	150	0,00			SIM
0154	OUTDOOR 4,5X1,5M EM PAPEL IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	unidade	50	0,00			NÃO
0155	OUTDOOR 3X9M EM PAPEL 16 FOLHAS IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	unidade	150	0,00			SIM
0156	OUTDOOR 3X9M EM PAPEL 16 FOLHAS IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	metro quadrado	50	0,00			NÃO
0157	OUTDOOR EM PAPEL IMPRESSÃO DIGITAL 4X0 COM INSTALAÇÃO (COLAGEM) NO PAINEL INCLUÍDA.:	metro quadrado	200	0,00			NÃO
0158	PAINEL PARA FACHADA CONFECCIONADO DE METAIS E LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL RESISTENTE A RAIOS UV.:	unidade	100	0,00			NÃO
0159	PANFLETO F18 21X15 4X0 115G:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0160	PANFLETO F18 21X15 4X4 115G:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0161	PANFLETO PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS, 4X0 CORES, TAMANHO 15X21CM:	unidade	500	0,00			NÃO
0162	PANFLETOS 15X20 CM COUCHÊ 50 GR 4X4.:	unidade	5.000	0,00			NÃO
0163	PANFLETOS 4X4 15X20 COUCHE 120G:	unidade	2.500	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0164	PANFLETOS 7X10 CM COUCHÊ 50GR 4X0:	bloco	2.500	0,00			NÃO
0165	PAPEL TIMBRADO FOLHA A4 21X31 75GR 100X1 4X0 COR:	unidade	500	0,00			NÃO
0166	PASTA DE CAPA DE PROCESSO VERTICAL 44 CM HORIZONTAL 26 CM OFF 180 G:	unidade	500	0,00			NÃO
0167	PASTA DE PAPEL COM BOLSO INTERNO PARA CONFERÊNCIA 44,6X31,6CM NO FORMATO ABERTO E 22,6X31,6CM NO FORMATO FECHADO, COUCHÊ FOSCO 300G/M2.:	unidade	500	0,00			NÃO
0168	PASTA DE PAPEL RECICLADO PERSONALIZADA (LAYOUT CRIADO PELO FORNECEDOR) COM ORELHA 240G 220X320MM 4X0 CORTE E VINCO PADRÃO:	unidade	500	0,00			NÃO
0169	PASTA DE PAPEL TRIPLEX PERSONALIZADA (LAYOUT CRIADO PELO FORNECEDOR) COM ORELHA 230G 220X320MM 4X0 ACABAMENTO LAMINAÇÃO BRILHO.:	unidade	500	0,00			NÃO
0170	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO PARA DOCUMENTOS, TAMANHO 24X32 CM, VERDE EM CARTOLINA, CAPA PERSONALIZADA. (CONFORME MODELO APRESENTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO):	metro quadrado	1.000	0,00			NÃO
0171	PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS:	metro quadrado	100	0,00			NÃO
0172	PLASTIFICAÇÃO TÉRMICA DE DOCUMENTOS.:	unidade	100	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0173	PLOTAGEM A0 PRETO E BRANCO:	unidade	200	0,00			NÃO
0174	PLOTAGEM A1 COLORIDA:	unidade	200	0,00			NÃO
0175	PLOTAGEM A1 PRETA E BRANCO:	unidade	100	0,00			NÃO
0176	PLOTAGEM A2 COLORIDA:	unidade	100	0,00			NÃO
0177	PLOTAGEM A2 PRETO E BRANCO:	bloco	200	0,00			NÃO
0178	PROGRAMA DE CONTROLE DOENÇA DE CHAGAS -DIÁRIO DE ATIVIDADES 21X31 OFF SET 75G 100X1- FORMATO F9:	unidade	200	0,00			NÃO
0179	PRONTUÁRIO DA GESTANTE CAPA COLORIDA (DO TIPO CAPA DE REVISTA) 16 PG EM PAPEL OFF90G 1X1 (CADERNETA TAM. A4),:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0180	PRONTUÁRIO FAMILIAR 20X30 100X1:	unidade	1.000	0,00			NÃO
0181	PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO - DADOS PESSOAIS DO PACIENTE - LIVRETO A4 FRENTE E VERSO 20X28 10X1 (ESCRITA VERDE)-FORMATO F9:	bloco	1.500	0,00			NÃO
0182	PRONTUÁRIO SUAS 20X30 60X1, CAPA INDIVIDUAL PERSONALIZADA EM PAPEL COUCHE:	bloco	2.000	0,00			NÃO
0183	RECEITUÁRIO 7X20 100X1 COM NUMERAÇÃO SENQUENCIAL E MICROSERILHA DE CANHOTO SUPERBOND 56GR:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0184	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 15X21 50X2 CARBONADO-FORMATO F16:	bloco	1.000	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0185	RECEITUÁRIO SIMPLES 15X21 100X1 - FORMATO F16:	bloco	2.000	0,00			NÃO
0186	REFERENCIAMENTO DE ESPECIALIDADES 10X14 100X1 (ESCRITA VERDE)- FORMATO F32:	bloco	500	0,00			NÃO
0187	REQUISIÇÃO AO ALMOXARIFADO 15X 20 100X1- FORMATO F16:	bloco	100	0,00			NÃO
0188	REQUISIÇÃO CONSELHO TUTELAR 21X31 100X1:	bloco	200	0,00			NÃO
0189	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO 21X31 FRENTE E VERSO OFF 70G 100X1 - FORMATO F9:	bloco	100	0,00			NÃO
0190	REQUISIÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICO E ANATOMOPATOLÓGICO 15X22 50X2 CARBONADO - FORMATO F16:	bloco	100	0,00			NÃO
0191	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA - FICHA COR ROSA:	bloco	1.000	0,00			NÃO
0192	RESUMO SEMANAL PESQUISA ENTOMOLÓGICA E TARATAMENTO 21X31CM OFF SET 75G 100X1- FORMATO F9:	unidade	100	0,00			NÃO
0193	REVISTA CAPA COUCHÊ 250 ENVERNIZADA SÓ NA FRENTE 18 PÁGINAS (FORA CAPA) DENTRO COUCHÊ 115 TAMANHO FECHADO (28X21CM) ABERTO (42X28 CM):	unidade	500	0,00			NÃO
0194	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO ACIMA DE 100 FOLHAS:	unidade	500	0,00			NÃO
0195	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 26 ATÉ 50 FOLHAS:	unidade	500	0,00			NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0196	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 51 ATÉ 100 FOLHAS:	unidade	500	0,00			NÃO
0197	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A3 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE ATÉ 25 FOLHAS:	unidade	500	0,00			NÃO
0198	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO ACIMA DE 100 FOLHAS:	unidade	500	0,00			NÃO
0199	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO ATÉ 25 FOLHAS:	unidade	500	0,00			NÃO
0200	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 26 ATÉ 50 FOLHAS:	unidade	500	0,00			NÃO
0201	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO A4 INCLUSO ESPIRAL E CAPAS FRENTE E VERSO DE 51 ATÉ 100 FOLHAS:	metro quadrado	500	0,00			NÃO
0202	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM MDF:	metro quadrado	375	0,00			SIM
0203	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM MDF:	metro quadrado	125	0,00			NÃO
0204	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM PAREDE:	bloco	375	0,00			SIM
0205	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM PAREDE:	bloco	125	0,00			NÃO
0206	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM VIDRO BLINDEX:	bloco	375	0,00			SIM



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

0207	SERVIÇO DE ENVELOPAMENTO COM ADESIVO IMPRESSO COM APLICAÇÃO INCLUSA EM VIDRO BLINDEX:		125				NÃO
0208	SOLICITAÇÃO DE EXAME 15X20 OFF 70G 100X1 - FORMATO F16:		1.000				NÃO
0209	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL/BPA(CONSOLIDADO) 21X31 100X1 FORMATO F9:		50				NÃO
0210	FICHA DE EVOLUÇÃO FAMILIAR 100X1 F9:		100				NÃO

Outrossim, declara que:

- a) Esta proposta compreende todas as despesas diretas e indiretas, tais com: mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto;
- b) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega;
- c) Os produtos serão entregues no prazo até 10 (dez) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento;
- d.) Nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

(Local), em __de __de 2026.

Assinatura e
carimbo do representante legal
RG: _____



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Eu _____(nome completo), RG nº _____, representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não possuo vínculo com a Administração Pública FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL, direta ou indiretamente, que impeça de contratar com o Município de Riacho dos Machados/MG, em conformidade com o Art. 14, IV da Lei Nº 14.133/2021.

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

(Local), em ____de _____de 2026.

Assinatura do representante legal

RG: _____

Observação – esta declaração deverá ser encaminhada **FORA** dos envelopes de documentação e de proposta.



**ANEXO V - DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE EXCLUSÃO DAS VEDAÇÕES DO
§4º, ART 3º DA LC 123/2006.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, **DECLARA**, para fins de participação na Licitação acima, que é considerada:

() Microempresa, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e 155/2016;

() Empresa de pequeno porte, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014 e 155/2016;

DECLARA, ainda, que a empresa **está excluída** das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, que estabelece:

Art. 3º (...)

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração, sob as penas da lei, em uma via e para um só efeito.

(Local), em ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal

Observação 1 - Anexar esta documentação junto com os documentos de CREDENCIAMENTO, para efeitos de se beneficiar do regime diferenciado previsto na Lei 123/2006.

Observação 2 – Deve acompanhar essa declaração a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2007, § 8º) e/ou Certidão do Cartório de Títulos de Pessoa Jurídicas expedida no exercício corrente deste processo licitatório. Ressalta-se que será vistoriado o prazo de validade e o selo de autenticidade, ou documento emitido pela internet (www.receita.fazenda.gov.br) de Optante pelo Simples.

Observação 3 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e a caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei 14.133/2021.



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

A empresa, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº , por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, _____ (nome da empresa) _____, CNPJ-MF n.º _____, sediada _____ (endereço completo) _____, tendo examinado o Edital em epígrafe, vem declarar que:

a) sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

c) Declara, para fins do disposto nos Artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho (INSIT) nº 146 de 25 de julho de 2018, e, nos termos do Artigo 13 da Lei Municipal 5.064 de 21 de junho de 2018 **que (não está obrigada ao cumprimento de contratar a cota de menor aprendiz), ou (a exigência de contratação da cota de menor aprendiz é devidamente cumprida).**

d) Declara também, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68, da Lei no. 14.133/2021 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

e) Declara ainda, para os fins requeridos nos parágrafos 1º e 2º do inciso III, artigo 9º da Lei no. 14.133/2021, que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos da Contratante, bem como as pessoas ligadas a qualquer



deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões.

f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial o percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional;

g) declara que conhece e que aceita todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos;

h) que a proposta compreende todas as despesas diretas e indiretas, tais com: mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto;

i) que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local), em ____ de _____ de 2026.

Assinatura e
carimbo do representante legal

Observação: Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfilexada no envelope nº (02), sob a pena de inabilitação.



**ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DE
REPRESENTANTE**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr. (a)....., portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados-MG, na modalidade Pregão, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

(Local), em ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Dirigente da Empresa

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa(.... qualificar.....), através do seu signatário/representante legal.....(.....qualificar.....), abaixo assinado, “**Declara**” que não está sob efeito de nenhuma “declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública na esfera federal, estadual ou municipal”, nos termos do Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico financeira. Não obstante, “**Declara**” ainda, que está ciente que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar devolução dos recursos financeiros recebidos, acrescidos de juros e correção monetária, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

(Local), em ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal

RG: _____

Observação – Esta declaração deverá ser colocada junto com a documentação habilitação e enfilexada no envelope nº 02, sob pena de inabilitação da proponente licitante.



**ANEXO IX – INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO
CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, informa, para os devidos fins, que caso venha a se tornar a vencedora da disputa do processo licitatório em epígrafe, o Contrato/ATA de Registro de Preços a ser emitida, deverá constar como representante legal os dados do(a) Sr(a). _____, portador do RG: _____, inscrito no CPF sob o nº _____, o qual ocupa na empresa através do cargo de _____.

Informa-se ainda que caso o representante não se encontre dentro do quadro societário da empresa, ou caso o documento de procuração apresentado não preveja poderes para formalização de contratos, deverá ser emitido documento de procuração, pública ou particular com firma reconhecida em cartório, reconhecendo a outorga de **PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**.

(Local), em ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal
RG: _____

Observação – Esta declaração deverá ser colocada junto com a documentação habilitação e enfilexada no envelope nº 02, contudo sua ausência não gera inabilitação da proponente licitante.



ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2026
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2026**

Que fazem entre si, pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.925.208/0001-51, com sede na Rua Chico Durães, nº 310, Riacho Novo, Riacho dos Machados-MG, por seu Prefeito, Ricardo da Silva Paz, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa (razão social...), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (...), com sede à (endereço completo...), neste ato representado por (...), conforme atos constitutivos da empresa OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 009/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.x'

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. ARP _____/_____;
- 1.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.)



2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Os produtos serão recebidos em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, da seguinte forma:

3.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Prazo de pagamento

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a), prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



5.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLAUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Mercado – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SETIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou



incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Riacho dos Machados/MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Fornecer os itens, objeto deste procedimento licitatório, em conformidade com a quantidade e qualidade expressamente solicitada por meio de Ordem de Fornecimento ou outro documento equivalente;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de



acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede ao horário da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.7. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação no pregão;

8.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º



14.133, de 2021);

8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A Administração Pública, através da sua própria Secretaria ou preposto formalmente designado, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



iv) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 1% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da



data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do



[art. 163 da Lei nº 14.133/21.](#)

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.



13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha: ...

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo



máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no em sítio eletrônico oficial e em diário oficial, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021 e na forma do art. 176 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro da comarca de Porteirinha-MG para dirimir quaisquer dúvidas ou questões deste instrumento oriundas, com exclusão de outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

19.1 - São condições gerais deste contrato:

I - Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso III do artigo 92, todos da Lei nº. 14.133/21.

II - Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III - Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do contrato.

IV - O CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido ao disposto no artigo 125 da Lei nº. 14.133/21.

V - O CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste contrato ou em



desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo extingui-lo nos termos do previsto nos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21, assim como aplicar o disposto no §7º do artigo 90 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VI - Qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste contrato e podendo o CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

VII - Este contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

VIII - A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, por dolo ou culpa, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

IX - Compete exclusivamente à CONTRATADA, na consecução do objeto deste contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução do objeto, bem como responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE X E estando CONTRATANTE e CONTRATADO de pleno acordo com o conteúdo deste instrumento particular de contrato administrativo, assinam em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Riacho dos Machados (MG), de de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51



MUNICIPIO DE RIACHO DOS MACHADOS

CNPJ: 16.925.208/0001-51

Ricardo da Silva Paz

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunha: _____

CPF: _____

Testemunha: _____

CPF: _____